

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1203 RUBRICA _____

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE

Solicitação feita através da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública, localizada na Avenida Saquarema, 5.345 – Bacaxá, Saquarema, CEP 28994-711.

2. DO OBJETO

2.1 O presente processo tem como objeto contratação de empresa especializada para fornecimento de coletes balísticos ostensivos de nível III-A em polietileno de alta densidade; conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste Termo de Referência, através de Sistema de Registro de Preços (SRP) para o ano de 2025, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede a este documento, estabelecido pela Lei Federal 14.133/2021, art. 6º, inciso XX e IN 58/2022;

2.2 Todas as garantias legais oferecidas pela contratada, além de especificações, quantitativos e condições constantes dos produtos devem estar de acordo com este Termo de Referência;

2.3 Deverá ser considerada juntamente com o que se estipula neste documento, toda legislação própria das categorias objeto desta contratação, inclusive as Leis Federais nº 14.133/2021 e Lei Complementar 123/06 e os Decretos Municipais nº 2.722/2024, 2.740/2024 e 2.741/2024;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1204 RUBRICA _____

2.4 O objeto desta licitação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, conforme dispõe o art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que apresenta padrões e especificações usuais no mercado. A contratação busca assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, com a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, promovendo a qualidade dos produtos a custos mais reduzidos, o que contribui diretamente para a racionalização e diminuição dos gastos governamentais;

2.5 Ressalta-se que a presente contratação não se caracteriza como de natureza contínua, tendo em vista que não há necessidade ininterrupta ou prestação de serviço com frequência definida ao longo do tempo. A demanda será atendida conforme necessidade da administração, respeitando as quantidades estimadas com base no número atual de servidores (77, contabilizando 01 colete de uso do Secretário Municipal de Segurança e Ordem Pública), acrescido da previsão de expansão após a realização de novo concurso público, não havendo obrigatoriedade de consumo integral ou periódica;

2.6 Pelo supracitado, sugere-se que a contratação oriunda deste termo de referência se proceda por meio Sistema de Registro de Preços (SRP), na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global por grupo de itens para contratação de empresa especializada, conforme definido e justificado no item 10 do Estudo Técnico Preliminar, que discorre da seguinte forma:

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1205 RUBRICA _____

Após análise da natureza do objeto e das condições do mercado fornecedor, não se recomenda o parcelamento da contratação, pelos seguintes motivos técnicos e operacionais:

a) Objeto homogêneo e padronizado

Os coletes balísticos ostensivos a serem adquiridos possuem características técnicas padronizadas, sendo considerados bens homogêneos. A fragmentação da aquisição poderia comprometer a uniformidade do material, afetando a padronização visual e funcional do efetivo, bem como dificultando o controle de inventário e manutenção.

b) Racionalização logística e contratual

A aquisição em lote único permite economia de escala, maior poder de negociação com os fornecedores, redução de custos indiretos e maior simplicidade na gestão contratual. O parcelamento poderia aumentar a complexidade administrativa, exigindo múltiplas contratações, fiscalizações e entregas, o que se revela ineficiente.

c) Ausência de necessidade de adaptação por unidade usuária

A demanda de coletes é centralizada, destinada a um público com perfil e necessidades operacionais similares. Não há justificativa técnica para separar o fornecimento por unidades administrativas, já que o uso e as características do EPI são comuns a todos os usuários.

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1206 RUBRICA _____

d) Mercado fornecedor preparado para atender a demanda integral

A pesquisa de mercado demonstrou a existência de diversos fornecedores com capacidade técnica e operacional para entregar a totalidade dos itens pretendidos, dentro dos prazos e especificações exigidos. Assim, o parcelamento não se justifica como forma de ampliar a competitividade.

Conclusão:

Diante dos fatores acima, não se recomenda o parcelamento da solução, optando-se por aquisição em grupo de itens, de forma a garantir padronização, eficiência operacional, melhor negociação de preços e simplificação da gestão contratual, sem prejuízo à competitividade ou à isonomia entre os licitantes.

3. DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação visa atender à necessidade institucional de prover equipamentos de proteção individual (EPI) aos agentes de segurança pública, assegurando sua integridade física durante o desempenho de suas funções. A aquisição dos coletes balísticos está alinhada às políticas de valorização dos servidores e à promoção da segurança institucional, em conformidade com as normas técnicas, legais e regulamentares vigentes.

A medida contribui diretamente para a efetividade das ações operacionais, reduzindo riscos ocupacionais e promovendo o cumprimento das diretrizes de segurança e saúde no trabalho.

A aquisição de coletes balísticos ostensivos para a Guarda Civil Municipal de Saquarema, por meio da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública,

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1207 RUBRICA _____

justifica-se pela necessidade de garantir a integridade física dos agentes de segurança no exercício de suas funções, especialmente durante o patrulhamento ostensivo, atendimentos de ocorrências e outras atividades externas que envolvam risco potencial à vida.

A atuação da Guarda Civil Municipal tem se expandido significativamente no município, com crescente demanda por ações preventivas e repressivas no âmbito da segurança pública. Neste contexto, a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), como os coletes balísticos, torna-se essencial para proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores e minimizar os riscos decorrentes do enfrentamento de situações adversas.

Além disso, o uso de coletes ostensivos contribui também para o fortalecimento da presença institucional da Guarda Municipal junto à população, agregando maior sensação de segurança e autoridade às ações desenvolvidas.

Os Guardas Civis Municipais exercem papel de apoio e integração às forças de segurança pública, conforme disposto no art. 144, § 1º da Constituição Federal, o qual reconhece sua atuação complementar no sistema de segurança.

Ademais, conforme diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Justiça, por meio da Portaria Interministerial nº 4.226/2010, é determinado que todo agente de segurança pública potencialmente envolvido em situações de uso da força deve estar equipado, no mínimo, com dois instrumentos de menor potencial ofensivo e os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à sua atuação específica, independentemente do porte de arma de fogo.

Dessa forma, a aquisição de coletes balísticos ostensivos se mostra indispensável, oportuna e plenamente justificada no interesse da administração pública e da coletividade, reforçando o compromisso da gestão municipal com a valorização dos seus agentes e a segurança da população saquaremense, salvaguardando dos

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1208 RUBRICA _____

agentes públicos, que atuam na linha de frente da segurança municipal, protegendo o patrimônio público e a vida da população.

Cabe destacar que a aquisição proposta está em conformidade com os princípios da eficiência e economicidade, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).

A solução proposta consiste na aquisição de coletes balísticos externos, com padrão ostensivo e nível de proteção III-A, que são capazes de deter projéteis de arma de fogo de maior incidência em ocorrências urbanas, conforme as normas do NIJ – National Institute of Justice (EUA), amplamente aceitas como referência internacional.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES

Coletes balísticos ostensivos – Proteção Nível III-A (NIJ 0101.06), conforme especificações técnicas descritas no item 4.2.

TAMANHO	QUANTIDADE PREVISTA*	
	Masculino	Feminino
P	27	10
M	50	10
G	60	10
GG	10	0
TOTAL	147	30
177		

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1209 RUBRICA _____

4.1 O colete é Equipamento de Proteção Individual (EPI), conforme NR-06 do Ministério do Trabalho, e normas de segurança institucional, EPIS devem ser fornecidos de forma individualizada, observando:

- a. Tamanho e biotipo do servidor;
- b. Condições ergonômicas e de ajuste;
- c. Registro nominal do servidor responsável;
- d. Controle de validade e rastreabilidade.

Isso significa que cada colete será vinculado a um servidor específico – e não pode ser compartilhado entre turnos, equipes ou setores.

4.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

Coletes Balísticos Ostensivos – Proteção Nível III-A (NIJ 0101.06):

Item	Descrição
Tipo	Colete balístico externo, de uso ostensivo
Nível de Proteção	III-A, conforme norma NIJ Standard 0101.06
Cobertura mínima	0,30 m² de área de proteção (frontal e dorsal)
Material balístico	UHMWPE (polietileno de alta densidade), com alta resistência e flexibilidade
Capa externa	Tecido de alta tenacidade (mínimo nylon 500D), resistente à abrasão, lavável, impermeável, com zíper, velcro e ajuste lateral

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1210 RUBRICA _____

Identificação	Faixa refletiva com o nome da instituição e espaço para identificação individual
Sistema de ajustes	Fechos em velcro de alta resistência ou sistema modular com presilhas para ajuste anatômico -Sistema de ajustes laterais e nos ombros
Cores disponíveis	azul escuro – com necessidade de amostra para aprovação
Certificação Balística	Laudo técnico atualizado emitido por laboratório acreditado pela pelo INMETRO ou reconhecido pelo Ministério da Justiça
Garantia mínima	5 anos para a proteção balística; 1 ano para a capa externa
Acessórios incluídos	Bolsa de transporte com identificação; manual do usuário

4.3 OBSERVAÇÕES SOBRE OS TAMANHOS E MODELOS

Os quantitativos de tamanhos e modelos (masculino e feminino) apresentados na tabela acima possuem caráter estimativo, definidos a partir do levantamento preliminar realizado junto ao efetivo da Guarda Municipal.

Em razão de o colete balístico configurar Equipamento de Proteção Individual (EPI), conforme a NR-06 do Ministério do Trabalho, e ser de uso individualizado e intransferível, os tamanhos definitivos somente poderão ser confirmados no momento da contratação e da entrega, após o levantamento de acordo com as considerações descritas no item 4.1.

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1211 RUBRICA _____

Dessa forma, poderão ocorrer ajustes na distribuição dos tamanhos e modelos por gênero, sem que isso implique em alteração do valor global contratado, desde que mantido o quantitativo total previsto na ata e as especificações técnicas do objeto.

Para fins de registro da Ata de Registro de Preços, serão mantidos os quantitativos totais estimados, cabendo à Administração, no momento da contratação ou emissão da ordem de fornecimento, informar ao fornecedor os tamanhos efetivos de acordo com o levantamento individualizado realizado.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1 Pretende-se adquirir, conforme memória de cálculo em anexo, entre masculinos e femininos, 177 coletes balísticos do tipo ostensivo, classe III-A, conforme norma NIJ 0101.06, com o seguinte escopo:

- Proteção balística contra munições de armas curtas de calibre até 44 magnum;
- Capa externa com identificação institucional e características ostensivas (alto contraste, velcro para brasão, cargo e etc...);
- Painéis removíveis e laváveis,
- Sistema de ajuste para diferentes biotipos;
- Peso compatível com uso prolongado (preferencialmente abaixo de 3,0 kg).

5.2 Requisitos funcionais e de Desempenho

5.2.1 Requisitos mínimos:

- Nível de proteção: Classe III-A, NIJ 0101.06;
- Durabilidade mínima: 5 anos para proteção balística;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1212 RUBRICA _____

- Material do painel: Polietileno de alta densidade - UHMWPE;
- Ergonomia: ajuste lateral e nos ombros;
- Identificação visual: faixa refletiva e identificação da instituição e características ostensivas (alto contraste, velcro para brasão, cargo e etc...)

5.2.2 Requisitos adicionais:

- Garantia mínima de 5 anos contra defeitos de fabricação;
- Certificados e laudos balísticos - Atestado de conformidade emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO ou reconhecido pelo Ministério da Justiça;
- Manual de uso e manutenção.

5.2.3 Justificativa para escolha de coletes balísticos em polietileno – UHMWPE:

5.2.3.1 Contexto Operacional

O município em questão está localizado em região litorânea, caracterizada por:

- Clima quente e úmido, com temperaturas elevadas durante boa parte do ano;
- Exposição direta à radiação solar intensa;
- Operações em ambiente urbano e costeiro, muitas vezes em contato com umidade, maresia e suor excessivo;
- Necessidade de deslocamento constante e patrulhamento prolongado a pé ou em motocicletas e viaturas, exigindo leveza e conforto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

5.2.3.2 Justificativa Técnica da Escolha do Polietileno

A opção pelos coletes fabricados com painéis balísticos em Polietileno de Ultra Alto Peso Molecular (UHMWPE), justifica-se pelos seguintes fatores técnicos:

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1213 RUBRICA _____

Leveza e conforto térmico

- O polietileno oferece redução de peso de até 30% em relação à aramida, o que diminui a fadiga física dos agentes em patrulha;
- Possui melhor respirabilidade e dissipação de calor, fator essencial para o conforto em ambientes quentes e úmidos.

Resistência à umidade e maresia

- Diferentemente da aramida, o polietileno é hidrofóbico, ou seja, não absorve água;
- Garante maior durabilidade em ambientes úmidos e salinos, comuns em regiões costeiras, evitando degradação precoce do material.

Maior vida útil

- Quando devidamente armazenado, o polietileno apresenta uma vida útil média de até 10 anos, com menor degradação causada por umidade, suor ou ambiente salino, resultando em melhor relação custo-benefício a longo prazo.

Menor manutenção

- O material exige menos cuidados de manutenção preventiva, já que não sofre absorção de suor ou água, nem deterioração química acelerada.

5.2.3.3 Aspectos Econômicos e Administrativos

Apesar do custo inicial unitário ser ligeiramente superior ao da aramida, os benefícios operacionais, ergonômicos e de durabilidade justificam plenamente a escolha, sobretudo quando se considera:

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1214 RUBRICA _____

- Menor taxa de reposição por desgaste;
- Menor risco de acidentes de trabalho por desconforto ou superaquecimento;
- Maior produtividade dos agentes, devido ao uso prolongado com conforto;
- Redução de gastos indiretos com manutenção e logística.

5.3 Realizado o estudo comparativo entre as soluções disponíveis no mercado, a solução que se mostrou mais viável é a abertura de certame licitatório, através da modalidade pregão eletrônico com procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços (SRP), com julgamento pelo critério de menor preço global por grupo de itens, conforme previsto na Lei 14.133/2021 para aquisição conforme descrito no presente item deste Termo;

5.3.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um procedimento auxiliar que facilita a atuação da Administração em relação a aquisição de bens e serviços comuns de forma flexível ao longo do tempo. Portanto, trata-se de uma solução inteligente de planejamento e organização na logística de aquisição de bens e serviços no setor público;

5.3.2 O SRP é um procedimento auxiliar que facilita a atuação da Administração em relação a futuras contratações. Esse procedimento é útil para superar dificuldades relacionadas aos contingenciamentos orçamentários, evita, ainda, a formação de estoques ociosos, entres outras coisas. Portanto, trata-se de uma solução inteligente de planejamento e organização na logística de aquisição de bens e serviços no setor público, reduzindo, significativamente, os custos de estoque;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1215 RUBRICA _____

- 5.3.3 Registra-se, ainda, que o SRP baseia-se em modalidade amplamente aplicada pelos órgãos da Administração Pública, tanto em nível Federal, quanto em nível Estadual e Municipal, conforme regulamentação expressa no Art. 28 da Lei nº 14.133/21;
- 5.3.4 Após a contratação, a empresa deverá efetivar o fornecimento do objeto ou a prestação de serviço conforme o prazo de entrega a ser definido no Termo de Referência, e emissão de Nota de empenho, seguindo criteriosamente as descrições determinadas em tal termo, além das unidades de medida de acordo com a listagem de itens adquiridos.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente deverá acontecer por conta de recursos que estão livres e não comprometidos, conforme DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA vigente da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública, a qual aparece discriminada a seguir:

Unidade Orçamentária: 17.001/ PT: 06.122.0026.2.138/
ND: 3.3.90.30.18.00.00/ Fonte: 1704/ Ficha: 1506

7. VALOR ESTIMADO

Considerando as exigências de transparência e fundamentação trazidas pela legislação vigente e pelos órgãos de controle, bem como o disposto no Decreto

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1216 RUBRICA _____

Municipal nº 2.741/2024, informa-se que a estimativa definitiva do valor total da contratação foi formalmente apurada pelo Departamento de Compras, unidade centralizada responsável pela realização das cotações de preços no âmbito deste Município.

Consoante o procedimento previsto no art. 6º do referido Decreto, o processo foi encaminhado pela Unidade Requisitante à Secretaria Municipal de Gestão, Inovação e Tecnologia, a qual, por meio de seu Departamento de Compras, procedeu à pesquisa de mercado, adotando critérios técnicos, parâmetros mercadológicos e fontes idôneas de consulta, em estrita conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativas pertinentes.

A pesquisa formal de preços realizada resultou no valor estimado de R\$ 475.179,10 (quatrocentos e setenta e cinco mil, cento e setenta e nove reais e dez centavos), sendo tal cotação devidamente juntada aos autos, contendo planilhas, valores individualizados, descrição detalhada do objeto e demais elementos que comprovam a razoabilidade, compatibilidade e fundamentação dos custos obtidos. Dessa forma, o presente Termo de Referência já adota esse valor como estimativa oficial da contratação, permitindo o regular prosseguimento dos autos para elaboração da minuta de edital e posterior deflagração da fase externa da licitação, garantindo-se a conformidade, lisura e transparência de todo o procedimento.

8. CRITÉRIO DE RECEBIMENTO

8.1 As datas de entregas deverão ser rigorosamente obedecidas, não sendo permitidos atrasos delas. As antecipações serão permitidas com a prévia autorização;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1217 RUBRICA _____

8.2 Somente será permitido o recebimento dos objetos se estiverem de acordo com o especificado, não se admitindo, sob qualquer hipótese, objetos danificados, fora dos padrões de segurança pelo órgão sanitário competente;

8.3 Não será permitida a troca dos objetos, a qualquer tempo, por outros distintos daqueles determinados por ocasião da Licitação, ficando o ganhador comprometido a entregar os objetos nas especificações propostas;

8.4 Será caracterizado como falta grave o não cumprimento das cláusulas 8.2, 8.3, podendo o fornecedor ser considerado desqualificado o que ocasionará na perda imediata do contrato;

8.5 Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o objeto substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega;

8.6 O recebimento provisório ocorrerá, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, a contar do ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, em consonância com o Decreto Municipal 2.722/24 e o disposto no § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;

8.7 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade do objeto descrito

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1218 RUBRICA _____

neste Termo de Referência e consequente aceitação mediante termo de recebimento;

8.8 A contratada será sujeita à fiscalização no ato da execução do serviço e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do responsável, o direito de não receber em definitivo o objeto, caso ele se encontre em condições insatisfatórias;

8.9 O objeto contratado, terá o aceite provisório de entrega de forma que a fiscalização responsável do contrato analise, minuciosamente, a procedência de cada produto entregue e cada serviço executado. Após análise, caso os itens estejam em ordem com o que foi solicitado neste Termo, no item 4, o fiscal aceitará os mesmos de forma definitiva; caso contrário, o recebimento dos bens/serviços será rejeitado e a empresa deverá se responsabilizar pelo não cumprimento do que foi especificado neste Termo de Referência, sujeitando-se a sofrer multas e sanções previstas no contrato e nas legislações vigentes;

8.10 O recebimento definitivo do objeto em tela, não exclui a responsabilidade da empresa quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando sua normal utilização pela Secretaria, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8078/90);

8.11 Se houver erro na nota fiscal/fatura, ou qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, ele ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo a empresa deixar de fornecer bens/serviços em tela, até o saneamento das irregularidades;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1219 RUBRICA _____

8.12 Caso os itens sejam entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Prefeitura, ou em quantidade inferior ao estabelecido, o fornecedor deverá substituir ou complementar em no máximo 48 (Quarenta e oito) horas;

8.13 A entrega poderá eventualmente ser suspensa ou alterada, a critério desta Prefeitura Municipal;

8.14 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos nos prazos estabelecidos, às custas do fornecedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 O documento de cobrança será apresentado a Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública para ser atestado por dois funcionários;

9.2 O pagamento será efetuado através de depósito bancário, mediante apresentação do documento fiscal competente, juntamente com os documentos pertinentes;

9.3 O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da emissão da Nota Fiscal devidamente atestada e sua entrega na Secretaria Municipal de Finanças.

10. MODO/ PRAZO/ LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO.

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1220 RUBRICA _____

10.1 As entregas serão de acordo com a demanda, com solicitação através de autorização de fornecimento emitido pela secretaria. A entrega deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos a contar da data da Ordem de Início;

10.2 Os objetos mencionados no Item 4 deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública, nº 5345, Bacaxá – Saquarema/RJ de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h, não se responsabilizando por entregas fora deste horário;

10.3 Os objetos entregues deverão cumprir os requisitos de prazo de validade típicos do material que é de 5 a 10 anos.

O Exército Brasileiro, por meio da Portaria nº 18-D LOG (2015) e normas do SFPC/EB, exige que o colete balístico apresente:

- Número de série e data de fabricação;
- Prazo de validade declarado pelo fabricante;
- Laudo balístico vigente.

10.4 Deverá no ato do recebimento a averiguação de conformidade com item 10.3.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

11.1 Responsabilizar-se pelo contrato com base nas disposições da Lei 14.133/21 e suas alterações;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1221 RUBRICA _____

11.2 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o pagamento do objeto contratado;

11.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

- a. Verificar se o objeto está de acordo com as especificações constantes no item 4 (quatro) deste Termo de Referência;
- b. Notificar à Contratada de quaisquer irregularidades encontrada(s) no (s) produto(s) que impossibilite(m) sua utilização;
- c. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido;
- d. Empenhar, para cumprimento do contrato, os recursos orçamentários necessários ao pagamento;

11.4 Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5 Notificar previamente a Contratada, quando da aplicação de penalidades;

11.6 Designar um gestor e dois fiscais para acompanhar a execução do contrato;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1222 RUBRICA _____

11.7 Acompanhar a fiscalização o fornecimento do objeto pretendido, por intermédio de servidor designado pela Prefeitura Municipal de Saquarema como fiscal de contrato;

11.8 Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente Termo de Referência e todo o mais que se relacione com a futura execução contratual, desde que não acarrete ônus para a Prefeitura Municipal de Saquarema ou modificação das obrigações.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Fornecer os produtos deste Termo de acordo com a solicitação da ordem de entrega, dos bens especificados, atendendo às necessidades da Contratante, a qual servirá de subsídio para emissão da nota fiscal;

12.2 Fornecer, sempre que solicitados, documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação;

12.3 Ser o único responsável, em qualquer caso, por todos os ônus tributários Federais, Estaduais e Municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita efetivação do objeto contratual, estendendo-se como ônus tributários: pagamento de imposto, taxas, contribuições e melhoria parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1223 RUBRICA _____

12.4 Ser o único, integral e exclusivo responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar à Prefeitura Municipal de Saquarema ou a terceiros, provenientes do fornecimento do(s) produto(s), respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do Poder Público licitante;

12.5 Fornecer e executar o objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, mediante requisição da ordem de entrega dos bens, assim como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo presente Termo e pela legislação aplicável;

12.6 Providenciar imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela contratante;

12.7 Comunicar a contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.8 Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital em compatibilidade com as obrigações assumidas;

12.9 Promover por sua conta a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução deste Termo;

12.10 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, disponibilizando e mantendo atualizado número de telefone móvel e endereço de

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1224 RUBRICA _____

correio eletrônico que permita contato imediato dos fiscais do contrato e representante da Contratada, inclusive em dias não úteis (sábados, domingos e feriados);

12.11 Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que o(s) produtos(s) vier(m) causar à prefeitura Municipal de Saquarema ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste termo, respondendo por si e por seus sucessores;

12.12 A contratada fica obrigada a reparar ou substituir no total ou em parte o objeto do contrato que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultante do transporte, da execução ou de má fabricação;

12.13 Todo o transporte a ser executado em função da entrega é de total responsabilidade da contratada, correndo por sua conta e risco, inclusive fretes, embalagens, carga e descarga;

12.14 A Contratada não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações oriundos do contrato firmado;

12.15 Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Saquarema;

12.16 Cientificar, imediatamente, à fiscalização da Prefeitura Municipal de Saquarema qualquer ocorrência anormal durante a execução contratual;

12.17 Apresentar a contratante, o nome do Banco, Agência e número da Conta Bancária, para efeito de crédito de pagamento;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1225 RUBRICA _____

12.18 A contratada não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste Termo.

13. PRAZO DE VALIDADE

Os objetos entregues deverão cumprir os requisitos de prazo de validade típicos do material que é de 5 a 10 anos.

O Exército Brasileiro, por meio da Portaria nº 18-D LOG (2015) e normas do SFPC/EB, exige que o colete balístico apresente:

- Número de série e data de fabricação;
- Prazo de validade declarado pelo fabricante;
- Laudo balístico vigente.

14. VIGÊNCIA DE CONTRATAÇÃO

O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da ordem de início de execução do contrato, prorrogável na forma dos artigos 105 e 107, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

15. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO

15.1 O critério para julgamento do licitante vencedor será a proposta de menor preço global por grupo de itens, conforme item 4, através de Pregão Eletrônico,

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1226 RUBRICA _____

por procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços (SRP), em conformidade com a Lei nº 14.133/21.

15.2 Habilitações Jurídica

15.2.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.2.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

15.2.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

15.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

15.2.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1227 RUBRICA _____

15.2.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

15.2.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

15.2.8 CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

15.3 Regularidade fiscal e trabalhista

15.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

15.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

15.3.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1228 RUBRICA _____

15.3.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

15.3.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.3.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.3.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.3.8 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.4 Qualificação Econômico-financeira

15.4.1 Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando dela constar o prazo de validade;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1229 RUBRICA _____

15.4.2 No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo;

15.4.3 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente;

15.4.5 A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas, ou a Certidão dos Cartórios da Comarca para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de Saquarema;

15.4.5 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1230 RUBRICA _____

15.4.6 Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

III. Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

IV. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1231 RUBRICA _____

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Saquarema Secretaria de Administração, Receita e Tributação.

V. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

15.4.7 Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.

Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

Fórmulas

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1232 RUBRICA _____

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante RLP = Realizável à Longo Prazo PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ISG = AT / (PC + ELP)$$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ILC = AC / PC$$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

15.4.8 Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1233 RUBRICA _____

vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Lei.

16. REAJUSTE DE PREÇOS.

16.1 O reajuste ao contrato será concedido somente após a periodicidade mínima de 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta com base no entendimento emanado pelo Acórdão 1488/2016-Plenário – TCU.

16.2 Opta-se por tratar do reajuste ou, nos termos da Lei 14.133/2021, sobre o reajustamento em sentido estrito, assim definido pelo artigo 6º, inciso LVIII da Nova Lei como "forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais;".

16.3 Deverá ser utilizado um índice que melhor se adeque às especificidades do objeto a ser contratado. Caso não exista índice específico para o objeto a ser contratado poderá ser utilizado o IPCA, que é o termômetro oficial da inflação no Brasil. Inclusive, esse é o índice utilizado como critério de correção dos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional 95/2016.

16.4 O reajuste se dará conforme Lei nº 14.133/2021, redação do §7º e §8º do artigo 25 e do §4º do artigo 92 da mencionada lei:

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1234 RUBRICA _____

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento. [...]

§ 7º Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 8º Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por:

I - Reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

II - Repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam: [...]

§ 4º Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por:

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1235 RUBRICA _____

I - Reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

II - Repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

V - O preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

X - O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

17. DO REGISTRO DE PREÇO

17.1 Trata-se, a presente contratação, de serviços de natureza comum, pois podem ser definidos por meio de especificações objetivas, que se prestam a estabelecer o padrão de qualidade desejado pela Administração Pública, de acordo com características usuais no mercado, conforme art. 6º, XIII da Lei 14.133/21;

17.2 O SRP possibilita aquisições de forma planejada e descentralizada ao longo do tempo, por meio de Atas de Registro de Preço, sem que haja a necessidade de instaurar um novo processo licitatório a cada nova demanda de mesma natureza. De tal modo, otimizam o tempo e os recursos da Administração Pública oferecendo maior flexibilidade, por não obrigar a Administração a adquirir a totalidade dos objetos de uma só vez, evitando o armazenamento de grandes quantidades de produtos e o risco de deterioração dos mesmos;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1236 RUBRICA _____

17.3 Pelo supracitado, sugere-se que a licitação oriunda deste termo de referência se proceda por Sistema de Registro de Preços (SRP) como procedimento auxiliar por Pregão Eletrônico, em conformidade com o art. 6º, XLI, da Lei 14.133/21, garantindo assim a escolha da melhor proposta para a Administração deste Município;

17.4 O critério para julgamento do licitante vencedor, em razão do registro formal, será a proposta de menor preço global por grupo de itens apresentados, conforme especificações do item 4.

18. FORMA DE EXECUÇÃO

18.1 A execução do contrato administrativo resultante deste processo licitatório deverá apresentar-se em conformidade com as cláusulas e normas estabelecidas pela Lei 14.133/2021. A contratada deverá responsabilizar-se pelas consequências de inexecução total ou parcial;

18.2 A entrega dos produtos será realizada sob demanda e de forma parcelada, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em razão da ampliação do quadro de servidores prevista com a realização de concurso público. Tal cenário gera imprevisibilidade quanto ao período exato das aquisições, impossibilitando a elaboração de um cronograma fixo de entregas;

18.3 Torna-se necessário que o objeto a ser entregue esteja de acordo com as normas técnicas específicas de cada item descrito neste termo.

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1237 RUBRICA _____

19. FORMA DE PAGAMENTO

19.1 O documento de cobrança será apresentado a Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública para ser atestado por dois funcionários;

19.2 O pagamento será efetuado através de depósito bancário, mediante apresentação do documento fiscal competente, juntamente com os documentos pertinentes;

19.3 O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, conforme ordem cronológica, contados a partir da data da emissão da Nota Fiscal devidamente atestada e sua entrega na Secretaria Municipal de Finanças.

20. DAS PENALIDADES

20.1 Se a contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

- a)** 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;
- b)** pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1238 RUBRICA _____

c) pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;

d) pela recusa da contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;

e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada nestas Condições Gerais e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento;

20.2 As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis;

20.3 As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;

20.4 A contratante poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da dispensa, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei;

20.5 A CONTRATADA poderá ser impedida de participar de licitações da Prefeitura Municipal de Saquarema/RJ pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1239 RUBRICA _____

20.6 As hipóteses e critérios relativos à extinção contratual se darão conforme Artigos 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

21. HIPÓTESES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

21.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1240 RUBRICA _____

VII – atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII- Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no caput deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

II - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1241 RUBRICA _____

IV - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificados no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I - Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1242 RUBRICA _____

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - Devolução da garantia;

II - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - Pagamento do custo da desmobilização.

Art. 139. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1243 RUBRICA _____

I - Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do caput deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1244 RUBRICA _____

22. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

22.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, comprovando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, conforme especificações constantes do Termo de Referência, demonstrando que:

- a) executou objeto de natureza e complexidade equivalente; e
- b) o fornecimento atendeu aos padrões técnicos e normativos aplicáveis.

22.2 Caso entenda necessário, o pregoeiro, por meio de diligência, poderá solicitar ao licitante a comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, devendo o licitante disponibilizar todas as informações pertinentes, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;

22.3 Apresentação de Alvará de Funcionamento da empresa expedido pelo órgão competente em consonância ao que estabelece o artigo 10, inciso IV, da Lei nº 6.437/77, sem prejuízo das autorizações específicas exigidas pelo Exército Brasileiro para comercialização de produtos controlados;

22.4. Na fase de habilitação, deverá ser apresentada comprovação de regularidade junto ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, para fabricação, importação ou comercialização dos produtos controlados objeto deste certame, conforme o Decreto Federal nº 10.030, de 30 de setembro de 2019 – Regulamento para Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), mediante a apresentação dos seguintes documentos:

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1245 RUBRICA _____

22.4.1. Autorização de fabricação e/ou comercialização emitida pelo Exército Brasileiro;

22.4.2. RETEX (quando aplicável, no caso de fabricante nacional) ou documento equivalente expedido pelo Exército Brasileiro, no caso de empresa importadora;

22.4.3. Laudo Técnico comprovando que os coletes balísticos atendem integralmente aos critérios de aceitação, desempenho e ensaios balísticos da Norma Técnica SENASP nº 003/2021, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO ou por organismo de acreditação de país signatário de acordo de reconhecimento mútuo. O laudo deverá identificar o fabricante, o modelo ensaiado e os resultados dos testes, devendo estar válido e compatível com o item ofertado.

22.5. As exigências de qualificação técnica têm por objetivo verificar, pela análise da experiência pretérita e da documentação comprobatória, se a fabricante ou fornecedora possui condições técnicas e operacionais para executar integralmente o objeto licitado, considerando que este tipo de equipamento está diretamente relacionado à segurança e integridade física dos agentes públicos no exercício de suas funções.

23. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

23.1 SUSTENTABILIDADE

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1246 RUBRICA _____

23.1.2 A previsibilidade deste fator tem por razão os objetivos do processo licitatório como o incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável;

23.1.3 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, visando a mitigação dos impactos ambientais, em especial a poluição do ar, produção de lixo, descarte irregular e contaminação dos solos, mares e rios, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e demais legislações pertinentes. Sendo assim:

23.1.4 A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a IN STLI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e legislação correlatas, naquilo que couber, e ainda;

23.1.5 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

23.1.6 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

23.1.7 Que respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

23.1.8 A contratada deverá proceder ao descarte e destinação corretas dos inservíveis, eventualmente utilizados e/ou substituídos na aquisição dos itens;

23.2 SUBCONTRATAÇÃO

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1247 RUBRICA _____

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

A vedação à subcontratação, no presente caso, justifica-se em razão da natureza altamente sensível, estratégica e especializada do objeto, consistente no fornecimento de coletes balísticos nível III-A, equipamentos de proteção individual destinados à preservação da integridade física e da vida dos agentes públicos usuários.

A execução contratual demanda rigoroso controle de qualidade, rastreabilidade dos materiais empregados, observância integral às especificações técnicas, conformidade com as normas do Exército Brasileiro e certificações obrigatórias aplicáveis aos produtos balísticos. A eventual subcontratação poderia comprometer o controle direto da Administração sobre a cadeia produtiva e logística, dificultando a fiscalização da origem dos materiais, da fabricação, dos testes balísticos e da responsabilidade técnica pelo produto entregue.

Além disso, a vedação visa resguardar a segurança institucional, evitando a participação de terceiros não submetidos previamente à análise de qualificação técnica e capacidade operacional exigidas no certame, reduzindo riscos de fornecimento de produtos em desconformidade, adulterados, recondicionados ou sem a devida certificação.

Considerando que o objeto possui caráter crítico à segurança pública e que eventual falha na qualidade ou especificação do equipamento pode resultar em grave risco à vida dos usuários, mostra-se necessária a manutenção da execução integral pela empresa contratada, garantindo-se maior confiabilidade, responsabilização direta e efetividade na fiscalização contratual.

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1248 RUBRICA _____

Dessa forma, a não permissão de subcontratação atende ao interesse público, aos princípios da eficiência, da segurança, da supremacia do interesse público e da adequada gestão contratual, assegurando maior controle da Administração sobre a execução do objeto contratado.

23.3 DA GARANTIA

23.3.1 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

Na presente contratação não haverá exigência da garantia de execução conforme preceitua o Artigo 96 da Lei 14.133 de 2021;

23.3.2 DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS:

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, em consonância com o Código de Defesa do Consumidor;

A contratada se responsabiliza pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 24 do Código de Defesa do Consumidor;

23.3.3 Os produtos deverão ser substituídos, sem ônus para a Contratante, na hipótese de apresentarem vícios, estiverem danificados e/ou com quaisquer outras falhas;

24. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

24.1 Condições de Entrega

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1249 RUBRICA _____

24.1.2 Os objetos contratados deverão ser entregues de segunda a sexta-feira no seguinte endereço: Avenida Saquarema, nº 5.345, Bacaxá, Saquarema/RJ, no horário de 9h às 16h;

24.1.3 A entrega dos bens será realizada de acordo com a demanda, de forma parcelada, com solicitação através de autorização de fornecimento emitido pela secretaria. A entrega deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos a contar da data da Ordem de Início;

24.1.4 Documentação exigida na entrega:

- Laudo de resistência balística emitido por laboratório credenciado;
- Certificado de origem e autenticidade do material;
- Relatório técnico com data de fabricação, número de série e prazo de validade.

24.2 CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

24.2.1 Os itens deverão ser guardados em local limpo e livre de qualquer tipo de contaminação;

24.2.2 Manter em temperatura ambiente, em local fresco e seco, longe da exposição solar direta;

24.2.4 As embalagens devem estar intactas, lacradas, com identificação do fabricante, lote, data de fabricação e data de validade, em atendimento às normas técnicas.

25. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1250 RUBRICA _____

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 2.722/2024, será designado um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário a regularização de falhas ou defeitos observados. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

A fornecedor será o único e exclusivo responsável pela execução de todos os serviços, a secretaria competente reserva-se o direito de, sem prejuízo desta responsabilidade, exercer a mais completa ampla fiscalização sobre os serviços.

Ficam designados para acompanhar e fiscalizar o presente contrato:

- **Gestor:** Pedro Paulo Almeida Pinto de Andrade, matrícula 930720;
- **Fiscal Técnico:** Carla de Albuquerque Moreira, matrícula 931036;
- **Fiscal Administrativo:** Cícero Alves, matrícula 9769-1.

Declara-se que não há necessidade de capacitação específica para os servidores ora designados, por possuírem aptidão e conhecimento suficientes para o desempenho das funções atribuídas.

Considerando a natureza do objeto contratado, que não envolve complexidade técnica específica nem demanda supervisão especializada, e tendo em vista que os servidores designados como Gestor e Fiscais possuem conhecimento e competência

PROCESSO Nº 8008/2025

FLS. 1251 RUBRICA _____

adequados para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, não se faz necessária a designação de fiscal setorial.

cumprimento das cláusulas contratuais, a qualidade dos serviços/produtos fornecidos e o atendimento aos interesses da Administração.

Saquarema, 26 de maio de 2026.

Elaborado por:

Cícero Alves

Matrícula: 97691

Assistente Administrativo

De acordo:

Evanildo Andrade dos Santos

Matrícula: 959817

Secretário Municipal de Segurança e Ordem Pública